

# Populismo

## Notas para uma aproximação crítica

Populism  
Notes for a critical approach

**ronaldo F. S. Gaspar\***

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.168.009>

Acervo Depositphotos



Conexão direta entre o líder e as massas, sem maiores mediações institucionais, é um dos significados associados ao termo *populismo*, cuja utilização cresceu no último período

## RESUMO

Na última década, em razão de alguns acontecimentos políticos e da ascensão de lideranças que questionam e põem em risco os regimes liberal-democráticos tanto nos países periféricos quanto nos centrais, o uso do termo populismo retornou com força na literatura científica e na imprensa. Por meio da contextualização e exposição das ideias de alguns dos trabalhos acadêmicos mais citados internacionalmente, faz-se uma análise enfatizando o politicismo, o formalismo e o arbítrio típico-ideal que os caracterizam. Com isso, visa-se identificar os vínculos sociais e a função ideológica cumprida por eles, especialmente a apologia da liberal-democracia e a correspondente naturalização da ordem social.

**Palavras-chave:** Teoria política. Populismo. Liberal-democracia. Politicismo.

## ABSTRACT

In the last decade, due to some political events and the rise of leaders who question and jeopardize the liberal democratic regimes in peripheral and central countries, the use of the term populism has returned in scientific literature and in the press. Through the contextualization and exposition of some ideas from some of the most cited books and articles at an international level, an analysis is carried out emphasizing the politicism, formalism and the ideal-typical arbitrariness that characterize them. Thus, the aim of this work is to identify the social bonds and the ideological function performed by them, especially the apology of the liberal democracy and the corresponding naturalization of the social order.

**Keywords:** Political theory. Populism. Liberal democracy. Politicism.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas ciências sociais, pela natureza dos seus objetos de pesquisa e das matrizes de pensamento que orientam as reflexões, as quais são permeadas pelos antagonismos de classe e muitas outras clivagens que atravessam os complexos e relações sociais, raramente há consenso sobre os conceitos utilizados. Sejam eles mais concretos ou mais abstratos, estejam relacionados a fenômenos mais fundamentais ou secundários da vida humana ou de uma dada formação social, as divergências e controvérsias são inevitáveis. Inclusive, com o transcurso temporal, por adensamento do conhecimento, pressão ou conveniência político-ideológica, eles se alteram significativamente mesmo no interior de uma mesma matriz teórica.

Na literatura sociológica e política, *populismo* é um dos termos utilizados que mais comporta controvérsias, pois, com ou sem adjetivações, o seu uso abarca fenômenos políticos com características, fundamentos sociais e orientações ideológicas muito distintas entre si<sup>1</sup>. Mas, apesar da enorme imprecisão à qual está associada — ou talvez por causa dela<sup>2</sup> —, populismo é uma palavra utilizada cotidianamente na imprensa, tendo inclusive alcançado aquela condição de termo científico incorporado à linguagem corrente, ao senso comum da população. Sobre isso, aliás, uma rápida olhada no noticiário político é suficiente para se constatar que o uso dessa palavra cresceu substancialmente nos últimos anos<sup>3</sup>. Igualmente, cresceu o seu uso — e o estudo sobre os “fenômenos populistas” — no âmbito acadêmico nacional<sup>4</sup> e internacional<sup>5</sup>.

Sendo o termo populismo longo, polissêmico e sujeito a múltiplas e contrastantes conceituações, não há qualquer pretensão de esgotar a reflexão sobre seus usos e, muito menos, sobre a vastidão dos fenômenos históricos para os quais ele tem sido utilizado com finalidades heurísticas. Muito ao contrário, o objetivo aqui é bastante limitado: primeiramente, pretende-se investigar como o *mainstream* da Ciência Política internacional tem conceitua-

**1** No final dos anos 1960, Ionescu e Gellner (1969, p. 1, tradução nossa) escreveram: “No momento, não temos dúvidas sobre a importância do populismo. Mas ninguém é muito claro sobre exatamente o que ele é.” Pouco depois, Ianni (1991, p. 7) frisou que as análises sobre o populismo “não revelam acordo básico. Em geral, elas estão divorciadas umas das outras, quando não são contraditórias entre si.” Na atualidade, segundo Mudde e Kaltwasser (2017, p. 2, tradução nossa), o populismo “é realmente um conceito essencialmente contestado”. Igualmente, Müller (2016, p. 2, tradução nossa) sentencia: “Nós simplesmente não temos nada como uma teoria do populismo, e parece que nos faltam critérios coerentes para decidir quando os atores políticos se tornam populistas em algum sentido significativo.”

**2** “Como o populismo não pode reivindicar um texto definidor ou um caso prototípico, acadêmicos e jornalistas usam o termo para denotar fenômenos muito diversos.” (Mudde; Kaltwasser, 2017, p. 2, tradução nossa)

**3** No acervo digital de umadas maiores empresas jornalísticas do país, a Folha de S.Paulo (que inclui os jornais *Folha de S.Paulo* — publicado desde 1960 — *Folha da Manhã* — de 1925 a 1959 — e *Folha da Noite* — de 1921 a 1959), *populismo* aparece 149 vezes entre 1921 e 1970; 489 entre 1971 e 1980; 1.334 entre 1981 e 1990; 768 vezes entre 1991 e 2000; 943 entre 2001 e 2010; 1.386 entre 2011 e 2020, sendo 1.016 a partir de 2016; e, por fim, 245 vezes entre 2021 e 14 de setembro de 2022. Para Mudde e Kaltwasser (2017, p. 1, tradução nossa), “o populismo é um dos principais clichês políticos do século XXI”.

**4** Na *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* (BDTD), o número de monografias listadas pelo descritor populismo passou de 263, na década de 2001-2010, para 542, na década seguinte. Para um histórico do uso anterior do conceito no Brasil — política, imprensa e academia —, ver Ferreira (2001, p. 61-124).

**5** No *Portal de Periódicos da Capes*, o número de artigos nos quais a palavra aparece também cresceu exponencialmente ao longo das décadas. Porém, tendo em vista que, diferentemente do acervo dos jornais citados na nota 3 acima, o das revistas não está todo digitalizado e, portanto, os dados disponíveis não expressam de modo fidedigno o seu uso, não se pode dizer a mesma coisa dos artigos acadêmicos. Por isso, listaremos apenas os dados da última década: entre 2011 e 2015, utilizando todos os índices de busca, *populismo* aparece 562 vezes; entre 2016 e 2020, o número sobe para 1.490; e de 2021 até setembro 2022, 514 vezes. Na base da *Scientific Electronic Library Online* — *Scielo*, também utilizando todos os índices de busca, os números são 77 (2011-2015), 190 (2016-2020) e 92 (2021-2022).

As teorias do populismo têm filiação direta às teorias das sociedades de massas da transição entre os séculos XIX e XX. No conjunto, essas teorias se filiam à tradição de crítica aos valores iluministas; por isso, mesmo quando assimilam alguns valores liberais e democráticos, elas expressam certo pessimismo com relação à emersão das massas populares na vida pública

do esse termo. Para isso, das obras recentes que tratam do assunto, abordaremos alguns aspectos daquelas mais citadas na literatura internacional: Müller (2016), Mudde e Kaltwasser (2017), Inglehart e Norris (2016) e Moffitt (2016)<sup>6</sup>.

Para conhecimento do leitor, a preocupação que move esta investigação relaciona-se ao fato de que, conforme Lukács (2020, p. 82), não há “filosofia inocente” — portanto, não há pensamento científico neutro nem uso inocente das palavras. Todas as ideias têm uma gênese social nos modos de produzir e reproduzir a existência dos indivíduos como indivíduos sociais, sendo permeadas e animadas pelas contradições e lutas de classes e embates ideológicos de seu tempo. Como esfera de mediação (consenso ou repressão) e/ou resolução (manutenção ou superação) das lutas e conflitos, a política,

como prática e teoria, está evidentemente saturada por essas determinações sociais. Para todos os efeitos, porém, salientamos que esse esclarecimento inicial não significa que as ideias aqui sejam consideradas emanações diretas e imediatas das lutas de classes, mas que, de um modo ou de outro, elas são limitadas pelo horizonte político e ideológico das classes em luta e, ao mesmo tempo, impulsionadas pelas possibilidades emancipatórias a que estas podem ou não dar sustentação real ou potencial. Portanto, e aí temos o segundo aspecto de nossas preocupações, é necessário refletir sobre os “vínculos sociais” e as implicações político-ideológicas — ou seja, a função social — do uso das palavras: quais e como são usadas. No caso em questão, trata-se do populismo, cujo uso recente cresceu na esteira da crise do capitalismo e da sua mais consagrada forma de organização político-estatal: o regime liberal-democrático.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO

No pensamento político, o uso da palavra populismo tem longo histórico, com as suas primeiras aparições remontando ao final do século XIX, ganhando contornos próprios em cada região, formação social e matriz de pensamento. Utilizado inicialmente para denominar movimentos como os *narodniks* russos e os *farmers* americanos, e passando por movimentos

<sup>6</sup> No *Google Scholar*, essas obras contam com as seguintes quantidades de citações: Muller (2016), 3.575; Mudde e Kaltwasser (2017), 3.302; Inglehart e Norris (2016), 2.436; Moffitt (2016), 1.081. Com algumas variações (ordem e incorporação de algumas outras), mas numa base de pesquisa menor — o *Semantic Scholar* —, essas obras também aparecem entre as primeiras em número de citações. Importa também lembrar que o mais citado de todos os livros é *On populist reason*, de Ernesto Laclau. São 8.110 citações do livro original e 5.471 da versão em espanhol, de 2006. Porém, dada a abrangência e complexidade das suas reflexões, suas ideias serão objeto de um artigo específico.



Vargas (Brasil), Gaitán (Colômbia) e Ibarra (Equador), considerados líderes populistas clássicos

progressistas (herdeiros da democracia jacksoniana) e reacionários (Ku Klux Klan) da primeira metade do século XX (Lipset, 1967, p. 174)<sup>7</sup>, o termo populismo, nos anos 1940, teve o seu uso ampliado para a denominação de regimes políticos. Para Filchenstein, foi somente quando líderes populistas latino-americanos alcançaram o poder — Argentina, Brasil, Bolívia —, no contexto de derrota mundial das experiências nazifascistas, que o populismo deixou de ser uma “subespécie” para se tornar um “gênero” da política.

Como “uma forma autoritária de democracia que surgiu inicialmente como uma reformulação do fascismo no pós-guerra” (Filchenstein, 2019, p. 131) e que se definiu “pela sua rejeição contextual no pós-guerra da ditadura fascista e da violência extrema” (Filchenstein, 2019, p. 48), o populismo ascendeu como um “formidável adversário do liberalismo e do socialismo” (Filchenstein, 2019, p. 128-129) — portanto, como uma “terceira via”<sup>8</sup>.

No âmbito teórico, Barbosa Filho (1980) demonstra como as teorias do populismo têm filiação direta às teorias das sociedades de massas da transição entre os séculos XIX e XX. No conjunto, essas teorias se filiam à tradição de crítica aos valores iluministas; por isso, mesmo quando assimilam alguns valores liberais e democráticos, elas expressam certo pessimismo com relação à emergência das massas populares na vida pública. Eis alguns dos aspectos considerados mais salientes dessa emergência das massas: a) uma sociedade massificada implica declínio do padrão educacional e cultural; b) não há grupos/instituições de mediação na relação entre as massas e a elite; c) as massas populares são acessíveis e mobilizáveis pelas elites (Halebsky, 1978, p. 12-13). Em sua configuração funcionalista, o tom pessimista cede lugar às pretensões científicas de controle, donde as teorias constituem uma tentativa de entender essa emergência

**7** Para Lipset, até mesmo “o macarthismo e o poujadismo”, fenômenos políticos dos anos 1950, foram, “como outros movimentos que seduziram as classes médias urbanas e rurais autoempregadas, [...] em grande parte o produto de frustrações insolúveis daqueles que se sentiram banidos das principais tendências da sociedade moderna” (Lipset, 1967, p. 177). Note-se que esse caráter lasso no uso do termo, algo comum até hoje, permite a Lipset considerar o peronismo como uma espécie de “fascismo de esquerda” (Lipset, 1967, p. 181).

**8** Nesse caso, importa esclarecer que não há propriamente uma “terceira via” entre liberalismo e socialismo porque essa comparação não procede, tendo em vista que ela compara coisas diferentes. Pode haver terceira via entre liberalismo e regimes autocráticos; o oposto do socialismo é o capitalismo, qualquer que seja a forma do seu regime político.

## O conceito de populismo tem sido utilizado para identificar movimentos, partidos e regimes políticos não apenas diversos, mas, sob certos aspectos, antagônicos. No entanto, se o objetivo da ciência é esclarecer os fatos, expor a realidade sob a forma do pensamento, algumas perguntas são inevitáveis: como um conceito tão abrangente pode ser considerado uma “abstração razoável”?

para intervir e “controlar” os seus efeitos sociais negativos. Nos termos do funcionalismo, o indivíduo liberal não desaparece, mas o primado passa a ser do organismo social, com seus órgãos (grupos sociais) e funções (comportamentos e fins específicos) definidos. Assim, “liberdade individual, governo, grupos, ideologias, crenças etc. passam a ser funções definidas em relação à manutenção do todo social” (Barbosa Filho, 1980, p. 58). Não é casual, portanto, que o período de predomínio das teorias funcionalistas (Parsons, Merton etc.) corresponda àquele de arrefecimento da luta de classes nos países centrais e, entre os marxistas, de desolação com as perspectivas revolucionárias<sup>9</sup>.

Se, porém, nos países centrais, embora não isentos de problemas, os “anos gloriosos” do pós-guerra correspondem ao predomínio dessa “integração funcionalista”, não se pode dizer a mesma coisa da América Latina e outras regiões periféricas. Nos anos 1960 e 1970, auge das teorias populistas, as lutas de classes e profundas transformações socioeconômicas — na linguagem funcionalista, as “anomias” e “disfunções” sociais — tornavam as realidades políticas desses países muito distantes dos regimes políticos que vigoravam nas principais referências da liberal-democracia: Estados Unidos, Reino Unido, países nórdicos e outros. Então, o locus principal do desenvolvimento das teorias populistas foi a América Latina, pois, não sendo uma região de países periféricos envolvidos nas lutas pela independência nacional — caso de parte significativa dos países africanos e asiáticos —, os seus problemas no pós-guerra correspondiam basicamente aos dilemas e dramas da “modernização capitalista”: industrialização, migração campo-cidade, pobreza etc. Problemas que, sob a ótica das teorias populistas, apareciam como efeito da rápida passagem de sociedades tradicionais para sociedades modernas (Germani, 1977; Di Tella, 1977) e que, em razão da imaturidade política das massas populares — que tinham dificuldade para se integrar aos organismos sociais e políticos *pari passu* com a ocorrência das referidas mudanças —, ganharam forma em regimes políticos caracterizados pela manipulação das “massas” pelas “elites”<sup>10</sup>.

Sendo a América Latina “a região com a mais duradoura e predominante tradição populista” (Mudde; Kaltwasser, 2017, p. 27, tradução nossa), Filchenstein considera que o populismo atravessou nesse território as seguintes fases: 1) populismo clássico, de 1945 ao início dos

<sup>9</sup> Segundo Anderson (1989, p. 123), “as inovações [teóricas dos marxistas desse período] partilham de um traço fundamental: o *pessimismo* comum e latente [...]. Na melancolia impregnante da Escola de Frankfurt não havia qualquer sinal de determinação que se comparasse a Gramsci.”

<sup>10</sup> É longa a discussão sobre essa questão da manipulação das massas. Pode-se ler um bom resumo dessa questão na literatura científica no Brasil em Gomes (2001).

anos 1970: segundo governo Vargas, Brasil; Jorge Eliécer Gaitán, Colômbia; José Maria Velasco Ibarra, Equador; outras experiências na Venezuela, Bolívia e Peru<sup>11</sup>; 2) populismo neoliberal, anos 1990: governos de Menem (Argentina), Collor (Brasil), Bucaram (Equador) e Fujimori (Peru); 3) populismo neoclássico de esquerda, do ano 2000 em diante: governos Kirchner (Argentina), Chávez e Maduro (Venezuela), Rafael Correa (Equador) e Evo Morales (Bolívia). Nessa periodização, a única diferença em relação a Mudde e Kaltwasser é que, tal como a tradição prevalecente nos estudos brasileiros — que tende a considerar que o período populista foi de 1930 a 1964 —, a dupla de autores inclui como propriamente populista também o governo Vargas do ciclo 1930-1945.

Nos Estados Unidos do pós-guerra, depois da fase “pré-populista” — movimentos do final do século XIX e primeiras décadas do século XX —, o populismo é identificado tanto com o macarthismo, os movimentos racistas dos anos 1960, os partidos da reforma neoliberal dos anos 1990 e, na atualidade, com o Tea Party e o trumpismo — os quais, por exemplo, congregam conservadores e libertarianos — quanto, invertendo o sinal ideológico, com o movimento Occupy Wall Street e o movimento eleitoral de Bernie Sanders pelo Partido Democrata.

Em discordância com aqueles que consideram os regimes nazista, fascista e comunista como variantes do populismo, Mudde e Kaltwasser (2017, p. 32, tradução nossa) sustentam que o “populismo teve uma existência marginal na Europa do século XX”. Para eles, em essência, diferentemente dos regimes populistas, aqueles “deveriam ser vistos como ideologias e regimes elitistas, pois apelavam ao líder ou ao partido (a vanguarda da classe), não ao povo”. Por isso, “foi apenas no final da década de 1990 que o populismo se tornou uma força política relevante na Europa” (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 34, tradução nossa), e basicamente como movimentos de direita que combinam ideologias autoritárias e nativistas<sup>12</sup>. E mais, somente no final da década seguinte, com os efeitos da crise de 2008, é que surgiram partidos populistas de esquerda, cujos maiores representantes são o Podemos, espanhol, e o Syriza, grego.

Como se pode observar nessa breve contextualização, o conceito de populismo tem sido utilizado para identificar movimentos, partidos e regimes políticos não apenas diversos, mas, sob certos aspectos, antagônicos. No entanto, se o objetivo da ciência é esclarecer os fatos, expor a realidade sob a forma do pensamento, algumas perguntas são inevitáveis: como um conceito tão abrangente pode ser considerado uma “abstração razoável” (Marx, 1982, p. 4)? Se não pode sê-lo, em vez de auxiliar no esclarecimento dos acontecimentos e processos histórico-sociais, um construto teórico dessa natureza não resultaria na obliteração da realidade? E mais, a despeito da intenção dos prosélitos do populismo, essa obliteração não corresponderia a demandas ideológicas e, assim, ao cumprimento de alguma função social? Pois bem, inicialmente pela investigação das características e aproximações conceituais das obras dos teóricos acima elencados, vamos tratar dessas questões.

### 3 BREVE EXCURSO SOBRE A LITERATURA: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS

Como já foi indicado, a volatilidade nas conceituações de populismo não é um problema atual. Mudde e Kaltwasser (2017, p. 2, tradução nossa) lembram que, no pioneiro livro organizado por Ionescu e Gellner (1969), tais abordagens “definiam o populismo, entre outras acepções, como uma ideologia, um movimento e uma síndrome”. Como ideologia, o populismo possuiria características como a celebração do povo e a atribuição ao líder do papel de

<sup>11</sup> De modo geral, considera-se que, nos anos 1960 e 1970, ditaduras militares e/ou mudanças de governo deram fim aos regimes populistas na América Latina.

<sup>12</sup> Filchenstein considera o partido *Forza Italia*, liderado por Silvio Berlusconi, como a principal força política do populismo neoliberal na Europa.

encarnação da vontade popular. Como movimento, seria a minimização dos canais institucionais e a mobilização das “massas populares” para o alcance dos fins políticos manifestados pelo líder. Por sua vez, listando uma série de características de fenômenos identificados como populistas e mostrando algumas dificuldades e equívocos advindos de uma caracterização positiva e substancial do populismo, Wiles (1969) conclui que este deveria ser entendido como síndrome. Igualmente, Peter Worsley sentencia:

A síndrome populista, então, é muito mais ampla do que sua manifestação particular na forma ou contexto de qualquer política específica, ou de qualquer classe particular de política: democracia, totalitarismo etc. Isso sugere que o populismo é mais bem visto como uma ênfase, uma dimensão da política em geral, não simplesmente como um tipo particular de sistema ideológico geral ou tipo de organização (Worsley, 1969, p. 245, tradução nossa).

Na atualidade, os mais citados estudiosos do populismo reconhecem algumas linhas de abordagem que são predominantes na literatura científica. Para Mudde e Kaltwasser (2017, tradução nossa), são elas: (1) a abordagem laclauiana, “que considera o populismo não somente como essência da política, mas também como uma força emancipatória”; (2) a de economistas como Rudiger Dornbusch e Jeffrey Sachs, que “entendem o populismo primordialmente como um tipo de irresponsabilidade na política econômica”; (3) a de teóricos que consideram o populismo “como uma estratégia empregada por um tipo específico de líder que busca governar baseado no apoio direto e imediato de seus seguidores”; finalmente, (4) aquela que trata o “populismo predominantemente como um estilo folclórico de política, que líderes e partidos empregam para mobilizar as massas” (Mudde; Kaltwasser, 2017, p. 3-4, tradução nossa). Porém, sem negar o que tratam como méritos específicos de cada uma dessas abordagens, os autores consideram mais adequada a que denominam “abordagem ideacional”, cuja principal característica é não ter a pretensão de dar uma definição substancial do populismo, mas, por meio do reconhecimento de duas características básicas, criar um conceito operacional para as mais diversas situações. Como corolário dessa abordagem, explicam:

Nós definimos o populismo como uma ideologia de centro fino [fraca] que considera a sociedade, em última análise, como separada em dois campos homogêneos e antagônicos, “o povo puro” *versus* “a elite corrupta”, e que afirma que a política deve ser uma expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo (Mudde; Kaltwasser, 2017, p. 3-4, tradução nossa).

Portanto, uma definição minimalista de inspiração schmittiana e que, como já apontaram Mendonça e Resende (2021), baseia-se em uma concepção problemática do rousseauiano conceito de vontade geral.

Em *The global rise of populism*, Moffitt também faz um arrazoado das abordagens predominantes nos estudos sobre o populismo e enumera quatro, que são aquelas que o veem “como ideologia, estratégia, discurso ou lógica política” (Moffitt, 2016, pos. 420, tradução nossa). Na primeira, salienta-se a tendência a definições minimalistas, dentre elas a de Mudde e Kaltwasser, que, além das dificuldades de uma utilização da noção de populismo que tangencia as discussões sobre um conceito também tão controverso — ideologia —, “pode se tornar tão fina a ponto de perder sua validade e utilidade conceitual” (Moffitt, 2016, pos. 461, tradução nossa). Quanto ao populismo como estratégia, a sua compreensão é a mesma exposta acima — item 3 — na análise de ideias de Mudde e Kaltwasser. Sobre a ideologia como discurso, destaca como principal característica a ainda maior tendência a fugir das definições substantivas, pois, para essa abordagem, Moffitt (2016, pos. 501, tradução nossa) considera que “um ator político



pode ser ‘mais ou menos’ populista em diferentes momentos, dependendo de como e quando usa o discurso populista, enquanto para as visões ideológicas ou estratégicas, ele ‘é’ ou ‘não é’ populista”. Para o autor, então, “um discurso deve ser diferenciado através de elementos linguísticos como o tom e a metáfora e pela busca de temas amplos [...] enquanto uma ideologia tem um programa normativo para a ação política” (Moffitt, 2016, pos. 501, tradução nossa). Como resultado, diferentemente da maioria das abordagens, ele considera que Hugo Chávez não seria um populista, pois a “sua ideologia não é o populismo, mas o socialismo” (Moffitt, 2016, pos. 511, tradução nossa).

Em oposição a essas abordagens, que, segundo Moffitt, foram primordialmente desenvolvidas tendo as “análises empíricas como o objetivo final”, a de Ernesto Laclau, que concebe o “populismo como uma lógica política, é a que tem tido o maior impacto na área da teoria social e política” (Moffitt, 2016, pos. 531, tradução nossa). Como uma lógica, um modo de operar, o populismo não é visto por Laclau como parte desta ou daquela ideologia, deste ou daquele movimento, mas como algo situado no coração da própria política; não como algo dado na natureza de certo ser, mas “como algo que é feito”: o populismo é “a lógica da política” (Moffitt, 2016, pos. 542, tradução nossa). O populismo não é uma manifestação do ser dos agentes políticos; é a *performance* que os faz populistas. Por conseguinte, exercendo uma *performance* populista, qualquer agente político pode ser assim denominado. Daí uma das críticas de Moffitt (2016, pos. 573, tradução nossa), segundo a qual “a conceitualização de Laclau é potencialmente muito ampla para permitir uma aplicação significativa de sua teoria”.

Feitos os esclarecimentos básicos, Moffitt sustenta que o populismo deve ser entendido como um *estilo político*. E, reconhecendo que essa definição não é nova, sendo “usada por uma ampla gama de atores”, ele se propõe a “desenvolver e defender o conceito de estilo político” (Moffitt, 2016, pos. 635, tradução nossa). Assim, numa primeira aproximação, o caracteriza como “os repertórios de *performance* incorporada, mediada simbolicamente, feita para audiências que estão acostumadas a criar e navegar pelos campos de poder que compõem o político, estendendo-se desde o domínio do governo até a vida cotidiana” (Moffitt, 2016, pos. 644, tradução nossa). Logo na sequência, salientando as diferenças entre a sua abordagem e as da ideologia e do discurso político, e em diálogo com autores que utilizam o mesmo conceito que ele, Moffitt desenvolve a sua própria compreensão do populismo como estilo político. No cerne dessa compreensão, entendem-se as dimensões retórica e estética da ação política como componentes da *performance*. Com “a indubitável mudança [da política] sob as condições da modernidade reflexiva” (Moffitt, 2016, pos. 851, tradução nossa), estilo e *performance* se tornaram centrais na experiência e na análise políticas; por isso, diz ele, “em nosso caso particular, o populismo não precisa ser entendido como ideologia para que o examinemos como um estilo político” (Moffitt, 2016, pos. 871, tradução nossa). Nesse sentido,

enquanto as abordagens discursivas se concentram principalmente no “conteúdo” discursivo e têm uma tendência a deixar de lado as maneiras pelas quais esse “conteúdo” é apresentado, enquadrado, promulgado ou transmitido, a abordagem do estilo político é sensível a ambas as características (Moffitt, 2016, pos. 881, tradução nossa).

Por conseguinte, “não é necessário subscrever uma teoria política distinta para utilizar o conceito de estilo político” (Moffitt, 2016, pos. 911, tradução nossa).

Decerto, aparentemente ciente de que o “vazio ideológico” pode ser um problema e, assim, pode avaliar um uso tão lasso do conceito que, no limite, permita que qualquer fenômeno político possa ser caracterizado como populista (de certo modo, essa é a sua crítica à abordagem de Laclau), Moffitt procura identificar algumas características dessa *performance*.

A saber,

enquanto as principais ferramentas conceituais da análise laclauiana são significantes vazios, deslocamento, pontos e antagonismo, a abordagem de estilo político utiliza ferramentas conceituais de abordagens dramaturgicas da política que são indiscutivelmente mais “concretas” e úteis para a análise empírica — performance, atores, plateias, palcos, roteiros e *mise-en-scène* (Moffitt, 2016, pos. 901, tradução nossa).

O resultado disso é que, com a atenção voltada para a performance do líder, correigionários e adesistas, pode-se prescindir da análise ideológica do fenômeno político, abrindo-se assim um leque imenso de possibilidades de identificação de regimes, movimentos e lideranças políticas como populistas. Nas palavras do autor:

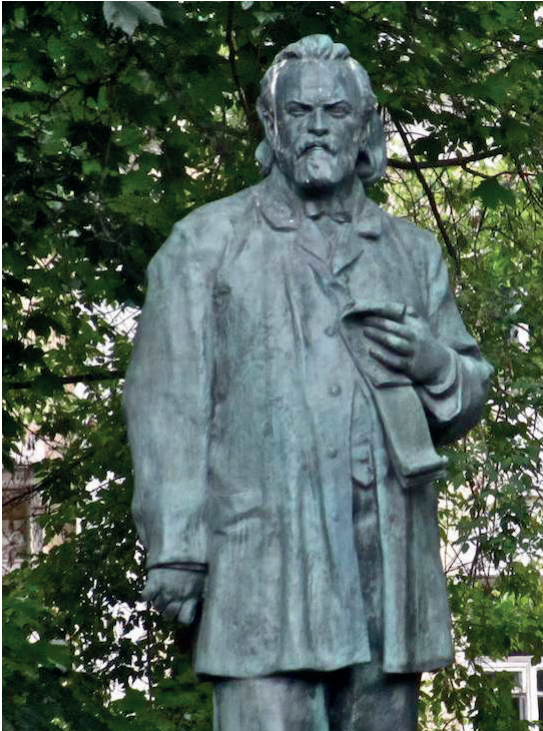
Como estilo político, há pouca dificuldade em entender por que o populismo pode viajar através do espectro ideológico, da esquerda para a direita, bem como dar sentido aos atores populistas que são mais difíceis de mapear na tradicional divisão esquerda-direita, como Beppe Grillo [...]. Também desvincula-se o populismo de certos modos de organização, permitindo-nos ver que o populismo pode contar com estruturas soltas ou “de base”, bem como com estruturas altamente organizadas de rígida disciplina partidária (Moffitt, 2016, pos. 996; 1006, tradução nossa).

Eis, então, uma abordagem do populismo que, segundo o autor, é mais efetiva na identificação e análise desse fenômeno político. Porém, como veremos adiante, há controvérsias sobre essa efetividade.

Outra obra de referência internacional na análise do populismo é *What is populism?*, de Jan-Werner Müller. Um livro curto, mas, diferentemente de outros, contundente na recusa do populismo e explícito na sua condenação como um fenômeno nefasto para a democracia, considerando-o uma “sombra permanente da democracia representativa” (Müller, 2016, p. 101, tradução nossa). Essa sombra, porém, não é entendida como uma ameaça externa nem estaria imediatamente referida à ideologia prevalecente no fenômeno político, pois o populismo “nada tem a ver com uma doutrina, mas é um conjunto de reivindicações distintas e tem o que se pode chamar de lógica interna” (Müller, 2016, p. 10, tradução nossa). É essa lógica interna que, independentemente da ideologia, é uma ameaça à democracia. Por isso, Müller não vê no populismo nenhuma potencialidade para ser uma força vivificante da democracia, mas o seu oposto. E qual seria essa lógica? Vejamos.

Em sua caracterização do populismo e sua lógica, Müller utiliza-se da metodologia da sociologia compreensiva de Max Weber e efetua a construção de um “tipo ideal”<sup>13</sup>, e o faz com a finalidade de distinguir claramente o que considera as “cruciais diferenças entre populismo e democracia” (Müller, 2016, p. 106, tradução nossa). Em sua concepção, os fenômenos políticos que podem ser denominados populistas têm algumas características fundamentais que definem a sua lógica de funcionamento: 1) um ator fala em nome do povo e pretende ser seu único representante legítimo; 2) além de elitista, o populismo é antipluralista; 3) como efetua uma representação simbólica do “povo real”, seus líderes almejam uma posição política que os torne imunes à refutação empírica; 4) por não estarem abertos à formação de opinião, os populistas apresentam aos cidadãos “verdades” irrefutáveis e não constituem caminhos para a participação política; 5) no poder, visam reescrever as Constituições para se perpetuar em nome de uma suposta vonta-

**13** “Técnicamente falando, estou tentando construir um tipo ideal no sentido sugerido por Max Weber.” (Müller, 2016, p. 106, n. 7, tradução nossa)



O movimento dos *narodniks* russos está entre os primeiros a receber a alcunha de “populista”; Alexander Ivanovitch Herzen foi um dos inspiradores deste movimento. Na foto, estátua de Herzen em Moscou

atuais de representação podem existir” (Müller, 2016, p. 103, tradução nossa). Aliás, atuando por meio das instituições representativas, os populistas não são necessariamente contrários à “ideia de representação” (Müller, 2016, p. 25, tradução nossa). No entanto, mesmo que ajam por meio das instituições e possam explicitar problemas sociais e de representação que demandam resolução, Müller não os considera uma força política orientada para o robustecimento da democracia — “um corretivo para a democracia liberal” (Müller, 2016, p. 103, tradução nossa) —, mas para a sua fragilização.

Quanto ao artigo de Inglehart e Norris (2016), o mais citado no mundo sobre o tema, de acordo com o *Google Scholar*<sup>14</sup>, a sua preocupação não reside na conceituação do populismo, mas na investigação empírica a respeito dos motivos da ascensão dos movimentos e lideranças populistas nos últimos anos. Assim, sem entrar propriamente no debate conceitual, e após avaliar a compreensão de que as características principais do populismo são o *antiestablishment*, o autoritarismo e o nativismo, eles afirmam: “Entendemos que os valores populistas representam um polo do *continuum* cultural no qual os valores liberais cosmopolitas estão localizados no polo oposto” (Inglehart; Norris, 2016, p. 6, tradução nossa). Sendo que, quanto ao recente fortalecimento dos valores populistas, os autores, após a mobilização de dados de diversas pesquisas empíricas, não consideram que as motivações dessa guinada política sejam de natureza econômica — cujo núcleo irradiador seria a crise de 2008-2009 —, mas cultural. Em suas palavras, “a evidência neste estudo sugere que seria um erro atribuir a ascensão do populismo diretamente à desigualdade econômica. Fatores psicológicos parecem desempenhar um papel mais importante” (Inglehart; Norris, 2016, p. 31, tradução nossa).

de popular (Müller, 2016, p. 101-103). Portanto, o populismo funciona numa lógica de exclusão e de cerceamento do debate político.

Para Müller, então, os limites do populismo não são identificados pelos condicionantes econômicos e sociais nem pelos objetivos políticos, mas pela negação formal do pluralismo: por negar o pluralismo próprio do regime liberal-democrático, todo populismo precisa ser refutado e combatido na teoria e na prática.

Essa lógica de funcionamento não significa que se devam expurgar os populistas do debate político. Isso porque “se pode levar a sério os problemas que eles levantam sem aceitar as formas em que eles enquadram esses problemas” (Müller, 2016, p. 103, tradução nossa). E, além disso, deve-se atentar para as suas reivindicações, pois, se dão voz a segmentos da população que se sentem sub-representados, eles podem “forçar os defensores da democracia liberal a pensar mais sobre quais falhas

14 Ver nota 6. Os outros exemplos nela citados são livros.

Temos hoje a prevalência de intelectuais que não sentem qualquer desconforto em professar ideias abertamente apologéticas da liberal-democracia e, por conseguinte, seja ele trazido à luz ou não, do seu solo social, o capitalismo. Para muitos, inclusive, a oposição ideológica entre direita e esquerda — ou seja, entre aqueles que lutam para manter a ordem social vigente e aqueles que almejam subvertê-la, revolucioná-la — não faz mais sentido

De resto, sem entrar no mérito do quanto pesquisas empíricas de captação das motivações subjetivas dos indivíduos são capazes de identificar efetivamente os condicionantes prioritários do comportamento<sup>15</sup>, o fato é que, comparativamente aos textos tratados anteriormente, o artigo de Inglehart e Norris é o que mais se utiliza dessas pesquisas — expostas em outros trabalhos — para a fundamentação de suas conclusões.

Enfim, essa constatação demarca o término da exposição das ideias dos autores e nos fornece o ensejo para, por meio de uma reflexão conceitual e metodológica, pensar a respeito dos vínculos e funções sociais dessas conceituações sobre o populismo.

#### 4 BALANÇO CRÍTICO

Do auge das teorias populistas até hoje, muita coisa mudou. A URSS e o “bloco comunista” não existem mais. O keynesianismo e as políticas econômicas ancoradas em estatização e largo planejamento estatal cederam lugar ao neoliberalismo, com suas privatizações e desregulamentações. O padrão produtivo fordista (com suas grandes fábricas e direitos trabalhistas), a prevalência da indústria e do sistema financeiro nacional — ou seja, ramos inteiros ancorados em território nacional — foram minados pela acumulação flexível (fábricas-condomínio, terceirização etc.) e a globalização produtiva, comercial e financeira —, isto é, um patamar mais elevado da internacionalização do capital. Portanto, alterou-se substancialmente o contexto histórico das discussões sobre o populismo: de modo geral, não se trata mais de discutir movimentos marginais (como o macarthismo) em democracias ditas consolidadas nem os efeitos colaterais da “modernização” (na Argentina de Perón, no Brasil de Vargas) e/ou as condições políticas dos choques econômicos em países periféricos (novamente na Argentina, com Menem, e no Brasil, na gestão Collor), mas a intensificação da crise dos regimes liberal-democráticos, seja em países centrais (Estados Unidos, França, Itália), seja em países periféricos (Turquia, Hungria, Brasil).

<sup>15</sup> Afinal, isso implica refletir sobre a eficácia e os limites da apreensão das causalidades dos processos histórico-sociais por meio das representações destes no pensamento dos sujeitos envolvidos. Para os marxistas, essas representações não podem ser negligenciadas, mas, mais do que explicar, elas próprias devem ser explicadas como momentos, mais ou menos conscientes, de um todo que as ultrapassa amplamente.

Essa alteração no panorama provocou uma mudança na produção científica sobre o assunto, ganhando largo protagonismo aquela produzida nos países centrais<sup>16</sup>. Em razão disso, em vez de teóricos de esquerda latino-americanos que pensavam sobre o fenômeno com um aparato conceitual influenciado ou permeado por ideias marxistas e suas articulações econômicas internacionais, e que elegiam como problemas a solucionar aqueles largamente relacionados às perspectivas socialistas de revolução social — e, a bem da verdade, à frustração dessas expectativas<sup>17</sup> —, temos hoje a prevalência de intelectuais que não sentem qualquer desconforto em professar ideias abertamente apologéticas da liberal-democracia e, por conseguinte, seja ele trazido à luz ou não, do seu solo social, o capitalismo. Para muitos, inclusive, a oposição ideológica entre direita e esquerda — ou seja, entre aqueles que lutam para manter a ordem social vigente e aqueles que almejam subvertê-la, revolucioná-la — não faz mais sentido. Por exemplo, Inglehart e Norris (2016, p. 3, tradução nossa) consideram “que a clássica clivagem econômica esquerda-direita na competição partidária é hoje superada por uma nova clivagem cultural que separa os populistas do liberalismo cosmopolita”, donde o “liberalismo cosmopolita” não é apenas o polo positivo, mas o ideal inultrapassável da própria sociabilidade, não havendo nada de positivo além disso. Isso ratifica na atualidade aquilo que, lá na década de 1970, foi demonstrado por Barbosa Filho (1980), a saber: o conceito de populismo foi moldado sob os pressupostos das ideias liberais e, por conseguinte, do par político antagônico do liberalismo político do século XX: liberalismo e totalitarismo. Por conseguinte, nas concepções dos autores elencados aqui, o populismo aparece ou como algo puramente negativo (Müller, 2016; Inglehart, Norris, 2016) — ou seja, uma espécie de ponte para o totalitarismo — ou como um acontecimento que pode levar ao naufrágio ou ao fortalecimento da liberal-democracia (Moffitt, 2016; Mudde; Kaltwasser, 2017).

Seja como for, é um fato que, por meio dessa concepção de clivagem cultural, esse liberalismo se relaciona afirmativamente com o conservadorismo — basta pensar no *fim da história*, de Fukuyama, e no *choque de civilizações*, de Huntington —, impulsionando o politicismo para um nível ainda mais distanciado da resolução dos problemas que fomentam as ideias e práticas populistas. Por quê? Porque, embora parta de uma justa tentativa de fuga das análises mecanicistas, o politicismo implica o empobrecimento das complexas articulações e mediações entre a economia e a política. Em vez de um procedimento analítico-reflexivo por meio do qual se reproduzam conceitualmente os condicionamentos objetivos da realidade, avançando num processo de idas e vindas em direção ao concreto e sempre balizado e orientado pelo próprio objeto, o politicismo induz a uma dissolução analítica das referidas articulações em favor de certa autonomia da política. Com isso, transforma-se a economia num conjunto de fatores que afetam a política, mas não a captam como momento predominante de um todo complexo e estruturado.

O *politicismo*, entre outras coisas, fenômeno antípoda da politização, desmancha o complexo de especificidades, de que se faz e refaz permanentemente o todo social, e dilui cada uma das “partes” (diversas do político) em pseudopolítica. Considera, teórica e praticamente, o conjunto do complexo social pela natureza própria e peculiar de uma única das *especificidades* (política) que o

**16** Pela crescente atenção dos cientistas sociais desses países sobre os “fenômenos populistas”, e pela influência de sua intelectualidade — a qual é concernente à influência econômica dos respectivos países —, a literatura neles produzida sobre o tema também se tornou predominante no cenário internacional.

**17** Segundo Chasin, no Brasil, “a crítica do populismo pretendia nada menos do que se alçar à condição de teoria do desenvolvimento [...] entre 1930 e 1964. Interpretação, ademais, que se apresentava como forjada pelo prisma da radicalidade proletária, cujo teor político supunha resgatar assim da diluição de classes, cuja promoção era feita, segundo a análise, pela política das massas da burguesia industrial ascendente.” (Chasin, 1989, p. 79-80, grifos originais).



Os presidentes Collor (Brasil), Menem (Argentina) e Fujimori (Peru): representantes do chamado populismo neoliberal dos anos 1990

integram, descaracterizando com isto a própria dimensão do político, arbitrariamente privilegiada (Chasin, 2000b, p. 123, grifos originais).

Em oposição a isso, uma captação correta da política no interior desse todo demanda que as mediações não sejam desconfiguradas para “autonomizar a política”, mas sejam captadas como aquilo que efetivamente são: “ligamentos que [a] unem organicamente à raiz, e não como desligamentos que dela se afastam”. O ideário politicista, no entanto, efetua a “autonomização do político e sua consequente hiperacentuação” e, assim, o “seu esvaziamento numa entidade abstrata, a perda de sua concretude, e decorrentemente de sua potência e eficácia” (Chasin, 2000a, p. 9). Portanto, o ideário politicista “expulsa a economia da política ou, no mínimo, torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político [...] jamais admitindo o caráter ontologicamente fundante e matrizador do econômico em relação ao político” (Chasin, 2000b, p. 124). Como resultado, ao modo das ideias liberais e funcionalistas, dissolve as classes sociais e as suas relações, fazendo sobressair os indivíduos isolados e os grupos sociais dos quais eles fazem parte. Ao mesmo tempo, naturaliza a economia, que fica isenta da análise e da crítica radicais, transferindo qualquer expectativa de resolução dos problemas nacionais para a política, cujo limite de ação se circunscreve à manipulação dos cordões das políticas públicas concernentes à manutenção dos complexos e nexos principais da estrutura econômica, sobrando apenas aspectos secundários para alguma intervenção.

Em todos os textos aqui tratados, tanto a naturalização da economia<sup>18</sup> quanto o politicismo ficam muito evidentes nas preocupações com a crise do regime liberal-democrático — crise de esgotamento, não de nascimento ou desenvolvimento — e na ânsia de elaborar um conceito que seja operacional e elimine ou minimize as dúvidas sobre a sua utilização na leitura dos fenômenos políticos — movimentos, partidos e lideranças — e, ainda, iniba a necessidade de um posicionamento do cientista. De modo quase invariável, não importa muito qual é o “sinal ideológico” do movimento ou liderança política que fundamenta ou verbaliza a crise, pois eximir-se de analisar a ideologia que fundamenta o movimento parece uma condição para o aumento do grau de operacionalização e cientificidade do conceito.

**18** De modo geral, a crise econômica aparece apenas como um fator de impulsionamento do populismo e como algo a ser enfrentado, mas jamais como uma das faces da crise estrutural do capital e suas contradições cada vez mais insolúveis.

Não é casual que outra característica inerente a esse tratamento prevalecente do populismo seja o *formalismo*. Por formalismo, o filósofo István Mészáros entende uma tendência geral da filosofia e da ciência moderna. Esse impulso formalista cumpriu uma função inequivocamente progressista na luta dos pensadores da burguesia contra o finalismo e a visão de mundo hierárquica e qualitativa dos medievais. Porém, passado o período dessa heroica luta, bem como a fase da ascensão política da burguesia, o caráter formalista das teorias se intensificou não somente por necessidades científicas imanentes, mas porque, em meio às intrincadas mediações teóricas que movem as discussões científicas em cada domínio específico do saber, os condicionamentos estruturais do domínio do capital afetam a totalidade do conhecimento produzido e circulante na sociedade<sup>19</sup>, impedindo a construção de uma visão de mundo sobre bases efetivamente materialistas (Lukács, 2012, p. 25-127). E, aliás, em que pese a sua presença nas ciências naturais<sup>20</sup>, o fenômeno é muito mais evidente nas ciências sociais (economia, sociologia, ciência política etc.), cujos imperativos da autovalorização do valor tendem a deslocar a reflexão acerca dos problemas reais, objetivos, para o âmbito da pura racionalidade, da legalidade (e logicidade) ou dos tipos ideais<sup>21</sup>, por motivos e interesses ideológicos bem mais imediatos. Em seu livro *A imaginação sociológica*, Wright Mills nos fornece um exemplo elucidativo e extremo desse formalismo nas ciências sociais:

Em *The social system*, Parsons não pôde descer ao trabalho da ciência social porque está tomado pela ideia de que o modelo da ordem social por ele construído é uma espécie de modelo universal; porque, na realidade, transformou seus Conceitos em fetiches. O que é “sistemático” nessa grande teoria é a forma pela qual deixa de lado qualquer problema específico e empírico (Mills, 1975, p. 57).

Para Mészáros, essa tendência formalista corrobora “três interesses ideológicos vitais”: 1) a mutação reducionista “das relações humanas diretas em conexões materiais e formais reificadas”; 2) “a articulação formalmente consistente e a difusão geral de ‘igualdades’ (ou ‘equivalências’) requeridas para o funcionamento prático do mecanismo produtivo e distributivo do capital”, com as correspondentes legitimação das trocas mercantis e naturalização da ordem social; 3) “a eliminação da dimensão histórica da vida socioeconômica do campo de visão” (Mészáros, 2009, p. 28-29). Ou seja, a tendência formalista corrobora interesses ideológicos concernentes à manutenção da ordem social e, assim, do capital como relação social básica.

Esse formalismo é exemplar em Moffitt (2016, pos. 861, tradução nossa), para quem, com a midiática da política, “estilo e desempenho tornam-se centrais para a experiência e a análise política, em que os atores políticos devem realizar, projetar e se tornar visíveis por meio de canais midiáticos públicos e privados e esferas institucionais para alcançar o sucesso

**19** Nas raízes das teorizações formalistas e das racionalizações ideológicas do mundo do capital, encontramos o formalismo prático perverso do modo de produção capitalista, com seus imperativos estruturais e suas determinações de valor abstratas e redutoras, que se afirmam “universalmente” em todos os planos da vida social e intelectual (Mészáros, 2009, p. 28).

**20** Segundo Hartmann (1986, p. 22-23, tradução nossa), “as categorias matemáticas contidas no objeto natural são aquilo do qual depende o auge único das ciências naturais na Idade Moderna e o segredo de sua exatidão. Mas justamente por isso essas ciências também se encontram sujeitas a cair na tentação de tomar o lado da acessibilidade e do grande êxito pela totalidade de seu objeto, resolvendo este literalmente em relações matemáticas [...]. Em nossos dias se tem ido ainda mais distante: efetivo é o que é mensurável.” E mais, nem se esgota “o objeto mesmo das ciências exatas em sua estrutura matemática. Entra na essência da determinação quantitativa ser quantidade ‘de algo’. Tem sempre de haver um substrato da quantidade; senão, esta é uma quantidade de nada, uma relação de magnitude sem conteúdo e sem realidade.”

**21** Segundo Mészáros (1993, p. 36), “a construção de modelos estáticos e ‘tipos ideais’ — em lugar de quadros inerentemente dinâmicos de explicação social — somente pode resultar em imagens ideológicas mais ou menos sofisticadas de intento objetivamente conservador”.

político”. E mais, como visto em Moffitt (2016, pos. 871), o estilo político está ligado à performance dos “atores políticos” numa sociedade caracterizada pela “modernidade reflexiva”. Daí que, sem dizer nada sobre o seu conteúdo, pode-se almejar “construir uma compreensão do populismo como um fenômeno global” (Moffitt, 2016, pos. 146, tradução nossa).

Muito próxima dessa é a posição de Mudde e Kaltwasser. Para estes, a “abordagem ideacional” e o seu corolário — a “ideologia de centro fino” — resultam numa compreensão segundo a qual, apesar de os autores considerarem que “raramente existe em forma pura”, o populismo

deve ser entendido como uma espécie de mapa mental através do qual os indivíduos analisam e compreendem a realidade política. Não é tanto uma tradição ideológica coerente como um conjunto de ideias que, no mundo real, aparecem em combinação com ideologias bastante diferentes e, por vezes, contraditórias (Mudde; Kaltwasser, 2017, p. 6, tradução nossa).

Seja como “estilo político” ou como “ideologia de centro fino”, a *compreensão dominante* é a que transforma o populismo numa espécie de forma sob a qual pode ser abrigada qualquer ideologia. No limite, o conceito aparece como algo neutro, puramente operacional, sendo tanto mais operacional quanto mais for minimalista, asséptico<sup>22</sup>. Por isso, nessa problemática linha de pensamento, assim como a URSS e a Alemanha nazista podem ser abrigadas no conceito de totalitarismo<sup>23</sup>, movimentos ideológicos antagônicos podem ser englobados sob a designação de populismo.

Outro aspecto que merece atenção nos textos aqui tratados é a utilização do principal instrumento metodológico da sociologia compreensiva, o tipo ideal<sup>24</sup>. Explícita em Müller (2016), a “abordagem ideacional” também é uma espécie de “repaginada” do procedimento metodológico weberiano. E, de acordo com este, o pesquisador destila *livremente* da realidade algumas características que, segundo ele, parecem constituir o objeto de análise, e, assim, cria um tipo ideal com forte conotação subjetiva e dotado de finalidades estritamente heurísticas<sup>25</sup>. O tipo ideal não tem pretensão normativa nem a de ser uma representação no pensamento da própria realidade<sup>26</sup>. Segundo Weber (1993, p. 137-138):

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenô-

**22** Num texto escrito em coautoria com Kirk A. Hawkins, Kaltwasser deixa explícito que “a abordagem ideacional é mais inclinada a facilitar a geração de conhecimento empírico e evita fazer julgamentos normativos” (Hawkins; Kaltwasser, 2017, p. 516, tradução nossa).

**23** Para uma crítica do uso do termo totalitarismo, ver, dentre outros, Losurdo (2003), Chasin (1977), Gaspar (2011).

**24** Somente o texto de Inglehart e Norris foge um pouco desse padrão. Não porque pareça dele discordar ou porque tenha profundidade e criticidade que o distancie dos outros textos, mas porque o seu objetivo não é caracterizar o populismo, e sim, por meio do arrolamento de dados de pesquisas empíricas, verificar se o principal motivo de descontentamento da população com o regime liberal-democrático é a crise econômica e seus efeitos ou a rejeição às mudanças culturais concernentes aos valores liberais e cosmopolitas e suas implicações inclusivas e identitárias.

**25** Tomando-se como referência um caso específico — o capitalismo como “cultura” —, essa característica do tipo ideal weberiano é objeto de uma contundente e precisa crítica de Mészáros (1993, p. 27): “A definição de Weber é formulada a partir de um ponto de vista definido: não aquele da ‘lógica pura’, mas aquele que convenientemente bloqueia a possibilidade de definições rivais, sem se fundamentar em nada a não ser na pura *suposição*. A adoção desse tipo ideal como princípio de seleção de todos os dados disponíveis acarreta, necessariamente, que a pesquisa ‘cientificamente autocontrolada’ se limite a dados que se encaixem com facilidade no quadro ideológico das pressuposições contidas na definição de Weber.”

**26** Podemos dizer que o tipo ideal possui um “caráter particularizador, ‘irreal’, comparativo e a circunstância de ser construído com base em um princípio que o articula e lhe dá sentido”. Para resolver as dificuldades metodológicas das ciências histórico-sociais, Weber afirma que os conceitos que nelas operam são “fictícios” e devem ser “entendidos estritamente como instrumentos para análises empíricas e particulares” (Cohn, 1979, p. 126).



menos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento.

Para Weber, não sendo uma reconstrução da realidade sob a forma do pensamento, o tipo ideal é “uma utopia”. E mais, “a construção de tipos ideais abstratos não interessa como fim, mas única e exclusivamente como meio de conhecimento” (Weber, 1993, p. 138-139). Meio, e não fim, porque o tipo ideal serve como uma espécie de orientação para as investigações empíricas, cujos dados assim obtidos são com ele cotejados e analisados. Ou seja:

Trata-se de um quadro de pensamento, não da realidade histórica, e muito menos da realidade autêntica; não serve de esquema em que se possa incluir a realidade à maneira de exemplar. Tem antes o significado de um conceito-limite, puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada (WEBER, 1993, p. 140).

Além disso, partindo da constatação de que a infinitude do real não permite uma apreensão da realidade como totalidade nem captar a sua legalidade imanente, Weber, explicitando as vinculações de suas ideias com o neokantismo, considera que “os tipos são imprescindíveis, nessas condições, para introduzir uma certa ordem em segmentos da realidade no plano analítico, ou seja, para que se possa estabelecer relações entre modalidades diferentes de fenômenos” (Cohn, 1979, p. 136). Portanto, ao contrário da concepção marxiana das categorias, segundo a qual estas exprimem “formas de modos de ser, determinações de existência” (Marx, 1982, p. 18), tem-se um construto analítico que ordena “segmentos da realidade” conforme os interesses do pesquisador<sup>27</sup>. Daí que, mesmo negando “que elas foram concebidas e adotadas com esse fim específico em vista”, Cohn (1979, p. 136) considera que “as próprias premissas [da metodologia weberiana] são antimarxistas”.

Ora, tal como o tipo ideal weberiano, os teóricos da abordagem ideacional “situam o populismo no campo das ideias” (Hawkins; Kaltwasser, 2017, p. 516, tradução nossa). Não se trata de uma construção conceitual do populismo que seja uma efetiva apreensão da realidade em suas “múltiplas determinações” e em que, num processo de abstração-concreção, se busca expor o próprio fenômeno em suas características essenciais e aparentes, bem como sua gênese e modos de reprodução, mas, conforme salientado acima, de caracterizá-lo “como uma espécie de mapa mental” — portanto, como uma construção do pesquisador para fins heurísticos. Tanto que, como o objetivo é apenas identificar certas características da linguagem que dividem a sociedade entre “elite” e “povo”, “amigos” e “inimigos” etc., os pesquisadores não visam, por

**27** Para Cohn (1979, p. 132; 134, grifos originais), “a natureza do tipo ideal não está no seu conteúdo, mas no seu próprio procedimento de construção [...]. Pois o fato de o tipo ser intrinsecamente histórico na sua construção não implica que ele se confunda com a história empírica. É preciso distinguir o decurso histórico/empírico, do qual se extraem os traços que compõem o tipo e ao qual este se aplica como instrumento de pesquisa, da história do próprio tipo. Esta só se realiza na relação com a historicidade do pesquisador. É nessa segunda relação que se manifesta a natureza genética do tipo, na medida em que ele é construído e aplicado tendo em vista a clara formulação de problemas que são significativos para o pesquisador, no momento e no contexto em que ele se move. É essa distinção que fundamenta a diferença mais profunda estabelecida por Weber neste particular, que está entre a sucessão empírica dos eventos e a sucessão genética típico-ideal; sempre considerando que o termo ‘genético’ não se refere aqui à gênese do próprio tipo, mas ao papel que lhe pode ser imputado na gênese de situações ou eventos significativos nos quais possa figurar como fator causal. Em suma, *genético* como atributo do tipo ideal deve ser entendido como *causalmente significativo*; e isso é equivalente a *historicamente relevante*; e, por fim, a relevância histórica é definida em termos da *historicidade do pesquisador*.”

meio da abordagem ideacional, responder “a perguntas sobre as causas e consequências do populismo”, mas somente identificar características — gerais, abstratas — do fenômeno. Daí que, para o populismo, ainda hoje permanece certa a crítica de J. Chasin, efetuada há mais de 40 anos, ao conceito de totalitarismo:

O que leva a esta alquimia é justamente o procedimento próprio à análise liberal: o emprego de universais abstratos como único recurso do movimento da apreensão científica. Donde, em lugar de reproduzir conceitualmente o concreto, evidenciando em cada caso a particularidade decisiva, somos conduzidos, por aquela análise, a nos defrontar com a razão em geral, a liberdade em geral, o cidadão em geral, o Estado em geral, a violência em geral etc. etc. (Chasin, 1977, p. 125)

E mais, “é precisamente o universal abstrato que permite à crítica liberal, dando extensão máxima ao conceito de totalitarismo, aglutinar uma multiplicidade de fenômenos, distintamente situados, sob o mesmo rótulo que os confunde sob o pretexto de os explicar” (Chasin, 1977, p. 125).

Esse caráter abstrato também fica explícito no fato de que a unidade do fenômeno não está em seus modos de ser, de existência — o que implica expor a sua gênese e as formas específicas de sua reprodução objetiva —, mas em elementos do discurso. Na concepção de seus adeptos, os estudos baseados na abordagem ideacional “são valiosos porque mostram a presença do discurso populista entre partidos e movimentos em vários países, validando assim a afirmação de que as ideias populistas são uma característica unificadora fundamental” (Hawkins; Kaltwasser, 2017, p. 517, tradução nossa). Como as ideias são uma “característica unificadora fundamental”, não tem muita relevância para o pesquisador o estudo do *ser em si* e de todas as suas implicações reais. Isso explica porque, sem qualquer incômodo em relação a isso, “a abordagem ideacional separa analiticamente a existência da linguagem populista de seu efeito na política”. No limite, não se trata de conhecer a realidade, mas de criar conceitos que, com o máximo de precisão possível, permitam classificar os fenômenos empíricos. Daí que tais conceitos sejam tanto mais “precisos” — ou seja, não alcançáveis pela crítica substantiva — quanto mais eles forem abstratos e minimalistas. E, além disso, não se pretende chegar a uma apreensão efetiva, verdadeira, do mundo objetivo, mas somente a uma visão entre muitas outras possíveis, dado que tal visão depende do conceito (tipo ideal) criado para as finalidades investigativas. O que, novamente, nos remete a Max Weber:

O destino de uma época cultural que “provou da árvore do conhecimento” é ter de saber que podemos falar a respeito do sentido do dever do mundo, não a partir do resultado de uma investigação, por mais perfeita e acabada que seja, mas a partir de nós próprios, que temos de ser capazes de criar este sentido. Temos de admitir que “cosmovisões” nunca podem ser o resultado de um avanço do conhecimento empírico, e que, portanto, os ideais supremos que nos movem com a máxima força possível existem, em todas as épocas, na forma de uma luta com outros ideais que são, para outras pessoas, tão sagrados como o são para nós os nossos (Weber, 1993, p. 113).



Foto: Ernst Gottmann/Wikimedia Commons

O sociólogo alemão Max Weber (1864-1920)

Enfim, unem-se aqui todos os componentes de uma metodologia científica que é perfeitamente condizente com os interesses de reprodução da ordem social: “neutralidade axiológica”, separação de forma e conteúdo, idealismo conceitual mesclado a empirismo

Esse perfil de posicionamento está muito distante daquele dos latino-americanos dos anos 1960-1970, que, a despeito do politicismo de suas reflexões, buscavam ancoragem na realidade política e econômica de cada país, impulsionando-os a se posicionarem sobre os caminhos do desenvolvimento nacional. No entanto, bem ao contrário desses teóricos, os recentes, que concebem o populismo como fenômeno global, têm apenas posições genéricas, recheadas de truísmos, sobre a necessidade de defender a liberal-democracia das ameaças advindas do populismo

acrítico, naturalização das relações sociais, relativismo, dissolução de complexos da sociedade burguesa (economia, capital, classes sociais etc.) em universais abstratos — indivíduos, grupos e sociedade — e, claro, resignação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto, vimos como, na esteira da ascensão de movimentos, lideranças e governos caracterizados pela crítica às instituições e práticas que ameaçam a liberal-democracia, o uso do termo populismo — sob diversas conceituações — tem crescido significativamente na esfera pública (discursos, imprensa) e na literatura científica na última década. Tendo como referência o número de citações no *Google Scholar*, analisamos alguns dos trabalhos de maior repercussão nos últimos anos. Neles, identificamos algumas características comuns e bastante compatíveis com ideologias coerentes com a manutenção da ordem social.

Como traço mais saliente desses trabalhos, verificamos que em nenhum deles se observa uma tentativa de compreender a crise dos regimes liberal-democráticos por meio de uma investigação da complexa articulação entre os condicionamentos econômicos (estrutura, morfologia e modos de funcionamento) e os fenômenos políticos. Quando muito, a economia aparece por meio de “fatores” tais como estagnação do crescimento, aumento da desigualdade na distribuição de renda etc. Esse perfil de posicionamento está muito distante daquele dos latino-americanos dos anos 1960-1970, que, a despeito do politicismo de suas reflexões, buscavam ancoragem na realidade política e econômica de cada país, impulsionando-os a se posicionarem sobre os caminhos do desenvolvimento nacional. No entanto, bem ao contrário desses teóricos, os recentes, que concebem o populismo como fenômeno global, têm apenas posições genéricas, recheadas de truísmos, sobre a necessidade de defender a liberal-democracia das ameaças advindas do populismo.

Decerto, pode-se argumentar que o aspecto positivo disso é que mesmo aqueles teóricos mais preocupados com instrumentos de análise “neutros” — que, de modo geral, tratam como sinônimo de “científicos” — têm algum compromisso com a defesa de valores liberais

Unem-se aqui todos os componentes de uma metodologia científica que é perfeitamente condizente com os interesses de reprodução da ordem social: “neutralidade axiológica”, separação de forma e conteúdo, idealismo conceitual mesclado a empirismo acrítico, naturalização das relações sociais, relativismo, dissolução de complexos da sociedade burguesa (economia, capital, classes sociais etc.) em universais abstratos — indivíduos, grupos e sociedade — e, claro, resignação

e democráticos. No entanto, em complemento a isso, a busca por um conceito operacional de populismo também significa, nesses casos, que as suas reflexões se movem num horizonte político-ideológico — e, por conseguinte, também científico — que apresenta a liberal-democracia como uma espécie de modelo — referencial e normativo — pelo qual todas as outras formas de organização política são avaliadas. Isso tanto limita os possíveis caminhos de resolução dos problemas identificados nos fenômenos ditos populistas no “leito de Procusto” do revigoreamento da liberal-democracia quanto, inevitavelmente, não abre espaço para qualquer contestação dos fundamentos econômicos nos quais os regimes políticos estão assentados, implicando uma espécie de naturalização da ordem econômico-social vigente.

Enfim, não se trata aqui, ainda, de concluir que o uso do termo populismo deva ser abolido do vocabulário político ou científico — o que, aliás, não teria eficácia alguma —, mas sim de auxiliar na reflexão sobre como o conceito padece de debilidades genéticas e, por conseguinte, como o seu uso indiscriminado e sob múltiplas conceituações, bem como a tentativa de dar-lhe uma definição que o torne menos sujeito a ambiguidades e mais operacional, tem sido concernente às demandas e interesses daqueles — classes, grupos, indivíduos — que, por necessidade ou convicção, resistem a qualquer mudança substancial da ordem econômico-social vigente. Em síntese, essas recentes e, quanto à sua difusão, exitosas teorias têm sido desenvolvidas em conformidade com as demandas de manutenção da centralidade da relação-capital e, por conseguinte, das formas socioeconômicas e políticas que lhe são correspondentes. Para os marxistas, então, trata-se de buscar outros caminhos; caminhos que, em lugar de teorias que carreguem a autoilusão de serem ideologicamente assépticas, sejam capazes de nos mover não apenas para interpretarmos o mundo, mas para transformá-lo (Marx, 2007, p. 535).

\* Professor associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutor em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). *E-mail*: ronaldogaspar@uel.br

► Texto recebido em 28 de abril de 2023; aprovado em 20 de junho de 2023.

- ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BARBOSA FILHO, Rubem. **Populismo: uma revisão crítica**. 1980. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1980.
- CHASIN, José. A “politicização” da totalidade: oposição e discurso econômico. In: \_\_\_\_\_. **A miséria brasileira: 1964-1994 — do golpe militar à crise social**. Santo André: Ad Hominem, 2000a. p. 7-36.
- CHASIN, José. A sucessão na crise e a crise na esquerda. **Ensaio**, São Paulo, n. 17-18, p. 1-121, 1989.
- CHASIN, José. “¿Hasta cuando?": a propósito das eleições de novembro. In: \_\_\_\_\_. **A miséria brasileira: 1964-1994 — do golpe militar à crise social**. Santo André: Ad Hominem, 2000b.
- CHASIN, José. Sobre o conceito de totalitarismo. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, n. 1, p. 121-134, 1977.
- COHN, Gabriel. **Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- COTRIM, Livia. A crítica do populismo: elementos para uma problematização. **Arquivo Marxista na Internet**, 1999. Disponível em: <[www.marxists.org/portugues/cotrim/1999/mes/90.pdf](http://www.marxists.org/portugues/cotrim/1999/mes/90.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2022.
- COTRIM, Livia. Sobre a teoria do populismo. **Aedus**, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 194-200, jun. 2010.
- DI TELLA, Torcuato. Populismo y reformismo. In: GERMANI, Gino; TELLA, Torcuato; IANNI, Octavio. **Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica**. 2. ed. México, DF: Ediciones Era, 1977.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FILCHENSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na história**. São Paulo: Almedina, 2019.
- GASPAR, Ronaldo. **Contribuições para uma crítica ao pensamento político de Hannah Arendt**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- GERMANI, Gino. Democracia representativa y clases populares. In: \_\_\_\_\_.; DI TELLA, Torcuato; IANNI, Octavio. **Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica**. 2. ed. México, DF: Ediciones Era, 1977.
- GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-59.
- HALEBSKY, Sandor. **Sociedade de massa e conflito político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- HARTMANN, Nicolai. **Ontologia**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1986. v. 4.
- HAWKINS, Kirk A.; KALTWASSER, Rovira C. The ideational approach to populism. **Latin American Research Review**, v. 52, n. 4, p. 513-528, 2017. Disponível em: <<https://larrasa.org/articles/10.25222/larr.85>>. Acesso em: 12 set. 2022.
- IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- INGLEHART, Ronald F.; NORRIS, Pippa. Trump, Brexit, and the rise of populism: economic have-nots and cultural backlash. **HKS Faculty Research Working Paper Series**, RWP16-026, August 2016. Disponível em: <[www.hks.harvard.edu/publications/trump-brexit-and-rise-populism-economic-have-nots-and-cultural-backlash](http://www.hks.harvard.edu/publications/trump-brexit-and-rise-populism-economic-have-nots-and-cultural-backlash)>. Acesso em: 12 set. 2022.
- IONESCU, Ghita; GELLNER, Ernest (Ed.). **Populism: its meaning and national characteristics**. Letchworth: The Garden City Press, 1969. p. 1-5.
- LIPSET, Seymour M. **O homem político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- LOSURDO, Domenico. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 17, 2003. Disponível em: <[www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo100critica17-A-losurdo.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo100critica17-A-losurdo.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2022.
- LUKÁCS, Georg. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2012. v. 1.
- MARX, Karl. Ad Feuerbach. In: \_\_\_\_\_.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 533-535.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MENDONÇA, Daniel de; RESENDE, Erica S. A. A especificidade do populismo de esquerda. **História**, São Paulo, v. 40, p. 1-18, 2021.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009. v. 1.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MOFFITT, Benjamin. **The global rise of populism**: performance, political style, and representation. Stanford: Stanford University Press, 2016. E-book.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal R. **Populism**: a very short introduction. Oxford; New York: Oxford University Press, 2017.

MÜLLER, Jan-Werner. **What is populism?**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

WILES Peter. A syndrome, not a doctrine. In: IONESCU, Ghita; GELLNER, Ernest (Ed.). **Populism**: its meaning and national characteristics. Letchworth: The Garden City Press, 1969. p. 166-179.

WORSLEY, Peter. The concept of populism. In: IONESCU, Ghita; GELLNER, Ernest (Ed.). **Populism**: its meaning and national characteristics. Letchworth: The Garden City Press, 1969. p. 212-250.